



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1024/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1499/2015 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Maternidade Dona Nazira Daou.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. José Menezes Ribeiro Júnior, ex-Diretor Geral e ordenador de despesas.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 76/2015 (fls. 371/387).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2876/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 389/389v).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Maternidade Dona Nazira Daou. Exercício de 2014.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Prazo. Recomendações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Maternidade Nazira Daou, exercício de 2014, sob responsabilidade do Sr. **José Menezes Ribeiro Júnior**, com fulcro no art. 22, II c/c art. 24 da Lei 2423/96;

9.2- Multar o Senhor José Menezes Ribeiro Júnior, responsável pelas contas, à época, da Maternidade Nazira Daou, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 1º, XXVI c/c o art. 54, II da Lei nº 2426/96-TCE, c/c art.308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE, por infringir as determinações legais transcritas no Relatório nº 76/2015 – DICAD/AM, nos itens 5,6 e 7 e do Parecer Ministerial nº2876/2015 – MP - EFC.

9.3- Determinar prazo de 30 dias para recolher a multa citada aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2001-TCE/AM, e caso não seja recolhida, proceda a inscrição na dívida ativa, em consonância com art. 73 da Lei nº 2.423/96.

9.4- Recomendar ao Órgão de Origem que:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 1024/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4.1- Mantenha na pasta de sua ficha funcional a declaração de bens do Dirigente do Órgão atualizada anualmente;

9.4.2- Os futuros lançamentos contábeis sejam feitos de forma tempestiva.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral